

Apresentação

É bem provável que qualquer analista político que fosse perguntado, nos primeiros meses do ano de 2013, se chegaríamos a caos semelhante ao da conjuntura que o país está atravessando no momento, este responderia negativamente. A despeito das várias crises políticas que o Brasil passou desde o estabelecimento da Constituição de 1988 – com destaque para o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello em 1992, das denúncias envolvendo compra de votos para a emenda da reeleição no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1997, e do chamado “Mensalão” em 2005, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva –, havia uma percepção compartilhada entre diferentes intérpretes da conjuntura de que as instituições da democracia brasileira, instituídas pela Carta de 1988 e aprimoradas nos anos seguintes, estavam funcionando razoavelmente bem, orientadas no sentido de um gradativo aperfeiçoamento. Se do ponto de vista político era evidente o domínio desta interpretação otimista, o mesmo se podia dizer em relação à dimensão econômica e social, sobretudo com a consolidação da visão de que os governos de FHC e Lula haviam, respectivamente, assegurado políticas de estabilização econômica, com o Plano Real, e de proteção social, simbolizadas pelo Bolsa Família, a partir das quais somente seria possível avançar.

A partir de junho de 2013, com as grandes manifestações que tomaram as ruas do país, as interpretações otimistas da política brasileira passaram a ser fortemente problematizadas. Não se trata aqui de avaliar se as assim chamadas “jornadas de junho” foram progressistas ou reacionárias, e nem de dizer que todos os eventos que tiveram curso no Brasil nos anos seguintes, em especial o golpe parlamentar que destituiu da chefia do governo a presidenta Dilma Rousseff em 2016, devam ser explicados exclusivamente pelo que ocorreu naquele momento.¹ Junho de 2013 é compreendido aqui sobretudo como um marco importante de problematização mais estrutural dos mecanismos de funcionamento do sistema político, que foi seguido por uma crise de enormes proporções da democracia brasileira. Esta crise – sem dúvidas, a mais profunda desde a redemocratização – tem sido analisada a partir de olhares diversos² e tem

¹ Sobre junho de 2013, ver, entre outros: SINGER, André. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 23-40, 2013, e ALONSO, Angela. A política das ruas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. Especial, p. 49-58, 2017.

² Sobre a crise política recente vivida pelo país, ver, entre outros: AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; SOUZA,

levado vários analistas políticos a se perguntarem se a “Nova República”, inaugurada com a Constituição de 1988, teria, de fato, chegado ao fim.³

Qual a natureza da crise política brasileira? Quais as bases do impasse ou dos impasses da democracia no Brasil? Trata-se de um fenômeno amplo, de longo curso e que diz respeito à nossa transição democrática inconclusa ou houve, ou melhor, há um problema de governo e de funcionamento no sistema político?

Este dossiê busca refletir sobre os dilemas e os desafios da crise política brasileira no tempo presente, tendo-se em vista os trinta anos da Constituição de 1988. Elaborada por um Congresso Constituinte de maioria conservadora, mas em um contexto marcado pelo fortalecimento de diversos movimentos sociais, a Constituição de 1988, apesar de suas contradições, trouxe em seu texto uma série de avanços e possibilidades, que abriram caminhos para a construção de uma agenda de direitos no país ao longo das últimas três décadas. Porém, passados trinta anos, esta carta constitucional atravessa o período mais conturbado de sua história, sendo contestada implícita ou explicitamente por diversos setores da sociedade. Refletir sobre o contexto de sua elaboração, bem como acerca de suas potencialidades e limites, é um desafio que se coloca como imperativo diante da conjuntura política no tempo presente.

Antes mesmo de adentrar em uma discussão mais sistemática sobre os trinta anos da Constituição de 1988 e seus dilemas frente à crise da “Nova República”, é fundamental analisar a nossa primeira experiência democrática, inaugurada com o fim do Estado Novo em 1945 e interrompida com o golpe civil-militar de 1964. Olhar para este passado, para os conflitos e tensões que se conformaram naquela conjuntura específica, permite lançar novos olhares sobre o tempo presente, suas contradições e possibilidades.

O artigo de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, intitulado “Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação”, busca precisamente refletir sobre este período. Os autores procuram sustentar, em diálogo com a historiografia produzida sobre a temática, que, a despeito dos vários problemas e restrições, bem como da resistência dos setores conservadores, a experiência da “Terceira República Brasileira” foi marcada pelo fortalecimento das instituições

Jessé. *A Radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016; SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: FGV, 2017; CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira*. São Paulo: Todavia, 2018 e SINGER, André. *Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

³ Sobre o tema, ver, entre outros: NOBRE, Marcos. 1988 + 30. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 135-149, jul. 2016 e AVRITZER, Leonardo. O fim da Nova República. *Jornal GGN*. Agosto 2016.

liberais-democráticas, mediante a consolidação dos partidos políticos, a ampliação da participação política e o aumento da competição eleitoral. Esta experiência democrática acabou por ser interrompida pelo golpe civil-militar de 1964, que colocou fim a um momento efetivo de expansão da cidadania política no país.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção na crise política atravessada pelo Brasil no tempo presente diz respeito aos discursos vindos de setores da sociedade civil e das Forças Armadas a favor de uma intervenção militar, reivindicando como positiva a experiência inaugurada em 1964. Se ao longo dos últimos anos parecia ter se consolidado a ideia de que a democracia havia sido aceita e legitimada, a crise recente trouxe à tona o quanto a retórica autoritária ainda se encontra profundamente difundida no país.

O segundo artigo que compõe este dossiê, de Daniel Aarão Reis, intitulado “A Constituição cidadã e os legados da ditadura”, ajuda a refletir sobre as continuidades do regime civil-militar na Carta de 1988. Para além de uma discussão sobre o contexto da redemocratização, o autor constrói uma análise sobre os rumos contraditórios dos governos que se seguiram na “Nova República”. Reis também busca discutir sobre o que denomina como “precoce envelhecimento” da Constituição de 1988, sustentando a necessidade de um novo texto constitucional capaz de dar sustentação aos desafios colocados para a democracia brasileira no tempo presente.

A reflexão sobre a atualidade da Carta de 1988 e o debate em torno de seus limites e possibilidades estão presente nos demais textos que compõe este dossiê, em especial nos artigos de Cicero Araujo e Fernando Lattman-Weltman. No caso do primeiro, em texto intitulado “Trinta anos depois: a crise da Constituição de 1988”, Araujo parte da ideia da constituição como um “pacto social”, com o intuito de analisar de que maneira o texto constitucional foi recepcionado e se tornou objeto de tensões e disputas ao longo da “Nova República”. Já no texto “30 anos esta noite: velhos e novos desafios à democracia no Brasil”, Lattman-Weltman se debruça sobre a crise da democracia brasileira no tempo presente, buscando refletir sobre suas especificidades em relação ao contexto de ascensão do fascismo no período do entre guerras.

A despeito de todas as disputas sobre a Constituição de 1988, não restam dúvidas de que ela estabeleceu os marcos em torno dos quais ocorreram os processos de institucionalização de diversas agendas e temas da “Nova República”. Os dois artigos que encerram este dossiê – “A Constituinte e a Constituição como instâncias do patrimônio cultural”, de Yussef Daibert Salomão de Campos, e “Trinta anos depois, os desafios são os mesmos? O debate sobre Segurança Pública na Assembleia Nacional

Constituinte”, de Leandro Molhano Robeiro e Patricia Burlamaqui – se dedicam à reflexão em torno de algumas destas temáticas – a saber: o patrimônio cultural e a segurança pública –, buscando discutir de que maneira elas se apresentaram durante a Assembleia Constituinte, e quais foram as principais transformações pelas quais elas passaram ao longo dos anos.

As eleições de 2018 ainda estão transcorrendo enquanto escrevemos a apresentação deste dossiê. Não sabemos ainda qual será o próximo presidente e a composição do Congresso Nacional. Porém, uma coisa é certa: a Constituição de 1988 permanecerá nos próximos anos como o principal objeto de disputa das diversas forças políticas e sociais do país. Se mudanças constitucionais forem realizadas ou se uma nova constituição vier a ser elaborada, pondo fim à carta constitucional de 1988, o que se espera é que as transformações levadas adiante contribuam para o fortalecimento da democracia brasileira e para o aprofundamento das agendas de direitos no país.

Américo Freire* e Fernando Perlatto**
Organizadores do dossiê

* Pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Professor da Escola de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da mesma instituição. Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da mesma instituição.

** Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).